

# O NOVO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

Reflexões Partilhadas no Âmbito do  
Mestrado em Direito Administrativo da  
Escola de Direito da Universidade do Minho



**Universidade do Minho**  
Escola de Direito



Núcleo de Estudos de Direito Ius Publicum



# **O NOVO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO**

REFLEXÕES PARTILHADAS NO ÂMBITO DO  
MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO  
DA ESCOLA DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DO MINHO







Universidade do Minho  
Escola de Direito

## **O NOVO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO**

REFLEXÕES PARTILHADAS NO ÂMBITO DO  
MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO  
DA ESCOLA DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DO MINHO

---

Coordenadora: Isabel Celeste M. Fonseca



Núcleo de Estudos de Direito lus Publicum

**Outubro de 2016**

## FICHA TÉCNICA

**Título:** O Novo Contencioso Administrativo: Reflexões Partilhadas no Âmbito do Mestrado em Direito Administrativo da Escola de Direito da Universidade do Minho

**Coordenação:** Isabel Celeste M. Fonseca

**Edição (suporte e-book):** NEDIP – Núcleo de Estudos de Direito Público, *ius publicum*  
Avenida 1.º de Maio, n.º 44, 3.º  
4600-013 Amarante  
[www.nedip.pt](http://www.nedip.pt) | [geral@nedip.pt](mailto:geral@nedip.pt)

**Apoio:** Escola de Direito da Universidade do Minho  
Campus de Gualtar – 4710-057 Braga  
Telefone: 253 601 800 / 1 | Fax: 253 601 809  
[www.direito.uminho.pt](http://www.direito.uminho.pt) | [sec@direito.uminho.pt](mailto:sec@direito.uminho.pt)

**Autores:** Isabel Celeste M. Fonseca | José Aventino Ferreira Dantas |  
Ana Celeste Carvalho | Carlos José Batalhão | Cláudia Figueiras | Angelina Teixeira |  
Luciana Sousa Santos | Rita Barros | Kanjana Panyanon | Carlos Vilas Boas |  
António Augusto dos Santos Ferreira | Ana Catarina Gonçalves Correia | Sara Sampaio |  
Carlos Jorge Ferreira da Rocha | Amélia Costa | Tatiana Silva | Célia Borges

**Revisão e arranjo gráfico:** Ana Rita Silva

**ISBN:** 978-989-99646-0-0

**Data:** Outubro de 2016

*Salvo indicação expressa em contrário dos autores,  
os artigos desta publicação seguem as regras do novo acordo ortográfico.*

# Índice

Prefácio.....	7
---------------	---

Sanções (contraordenacionais) administrativas e o âmbito da jurisdição administrativa: quando o coração quer mas a razão não deixa... <i>Isabel Celeste M. Fonseca   José Aventino Ferreira Dantas</i> .....	9
---	---

A revisão do CPTA e do CPA: pontos de convergência <i>Ana Celeste Carvalho</i> .....	31
---	----

A jurisdição e o juiz administrativos – Casos de alargamento <i>não declarados</i> e a gestão processual <i>Carlos José Batalhão</i> .....	47
---	----

A revisão do CPTA e os meios alternativos de resolução de litígios: novidades, dúvidas e algumas propostas <i>Cláudia Figueiras</i> .....	65
--	----

Ressonância à reforma do contencioso administrativo <i>Angelina Teixeira</i> .....	79
---	----

Descalço vai no processo... o contrato interadministrativo <i>Luciana Sousa Santos</i> .....	101
---	-----

A tutela executiva: <i>parente pobre</i> do contencioso administrativo? <i>Rita Barros</i> .....	123
---	-----

## Trabalhos desenvolvidos pelos alunos de Mestrado

Revisão do CPTA: a modificação da relevância do <i>fumus boni iuris</i> na tutela cautelar <i>Kanjana Panyanon</i> .....	137
---	-----

A unificação das ações administrativas no CPTA revisto – <i>Reductio ad unum</i> ou afirmação de outra bidimensão processual? <i>Carlos Vilas Boas</i> .....	155
---	-----

Do modelo dualista ao monista: a nova ação administrativa <i>António Augusto dos Santos Ferreira</i> .....	181
A suspensão automática de eficácia do ato administrativo: o previsto no anteprojeto e a sua não consagração <i>Ana Catarina Gonçalves Correia</i> .....	201
Regime dos recursos jurisdicionais em Direito Administrativo: breves notas <i>Sara Sampaio</i> .....	215
Reforma do contencioso administrativo e tutela cautelar administrativa: critérios decisórios burilados na recente reforma <i>Carlos Jorge Ferreira da Rocha</i> .....	231
O contencioso de procedimentos de massa e o direito a uma tutela jurisdicional efetiva <i>Amélia Costa</i> .....	243
Os critérios de decisão das providências cautelares – Novos critérios de decisão são melhores critérios? <i>Tatiana Silva</i> .....	255
O Ministério Público e a arbitragem relativa a actos: uma leitura (do silêncio) da lei <i>Célia Borges</i> .....	269



## Prefácio

Procurando responder a um desafio, este *e-book* pretende reunir um conjunto de textos elaborados pelos Mestrandos, no âmbito na Unidade Curricular de Direito Administrativo I do Curso de Mestrado em Direito Administrativo da Escola de Direito da Universidade do Minho, durante o I semestre do ano letivo 2015/2016.

Sob o signo d'*A revisão do CPTA e do ETAF de 2015*, do programa da Unidade Curricular, constou o seguinte conjunto de tópicos:

1. Principais alterações ao contencioso administrativo (Professor Doutor Mário Aroso de Almeida, Professor e Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa);

2. A jurisdição administrativa e o alargamento dos ADR na resolução dos litígios jurídico-administrativos (Professor Doutor António Cândido de Oliveira, Professor Catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho, e Mestre Cláudia Figueiras, Docente da Escola de Direito da Universidade do Minho);

3. O controlo da legalidade da atuação administrativa e os poderes do Ministério Público (Dr. Luís Felgueiras, Ministério Público, Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga; Dr. Marcílio Barrento, Ministério Público, Minas Gerais, Brasil; e Dr.<sup>a</sup> Alessandra Celente, Ministério Público, Rio de Janeiro, Brasil);

4. A ação administrativa: novos traços (Mestre Carlos José Batalhão, Advogado especialista na Jorge Carneiro e Associados);

5. O recurso jurisdicional (Dr. Paulo Pereira Gouveia, Juiz Desembargador do Tribunal Central Administrativo Sul);

6. O papel do juiz administrativo no novo contencioso administrativo (Dr. Américo Pires Esteves, Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal Administrativo);

7. A revisão dos processos urgentes e cautelares (Professora Doutora Isabel Celeste M. Fonseca, Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho);

8. A revisão do Código do Procedimento Administrativo e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos: pontos de convergência (Dra. Ana Celeste Carvalho, Juíza Desembargadora do Tribunal Central Administrativo Sul e Docente do Centro de Estudos Judiciários, e Professor Doutor Licínio Lopes Martins, Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).

Neste sentido, o *e-book* que agora se publica versa sobre os temas selecionados e acolhidos no programa da unidade curricular e procura dar respostas a questões relativas ao novo contencioso administrativo, suscitadas durante as sessões pelos Mestrandos e participantes. Ao mesmo tempo, o *e-book* conta com o honroso contributo de docentes do Curso, Magistrados do Ministério Público e do Tribunal Central Administrativo Sul, Investigadores da Escola de Direito e Investigadores do NEDip – Núcleo de Estudos de Direito Público, *ius publicum*, a quem agradecemos a valiosa oferta.

Braga, 10 de junho de 2016

*Isabel Celeste M. Fonseca*